Jornal da CNTC 65 Anos

Uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC
www.cntc.com.br - Distribuição gratuita
Edição 29, junho/julho de 2012 - Brasília/DF

Regulamentação da profissão

Comissão da Câmara aprova projeto da CNTC

A regulamentação da profissão de Comerciário, já aprovada por unanimidade no Senado Federal, obteve mais um avanço no dia 4 de julho. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara também aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 3592/12, do Senado, que fixa em oito horas diárias e 44 horas semanais a jornada de trabalho do Comerciário, autoriza a jornada de seis horas para empresas em que haja turnos de revezamento e assegura que o piso da categoria será fixado em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

A proposta foi defendida pelo relator, deputado João Maia (PR-RN). Segundo ele, a falta de legislação específica fragiliza a relação entre comerciários e os patrões e justifica a alta rotatividade no setor. Para ele, as empresas se aproveitam desta alta rotatividade para achatar os salários. Maia sustentou em seu relatório que a falta de legislação tem levado a longas jornadas de trabalho. "Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo Dieese e pela Fundação Seade, o comércio possui a maior jornada média semanal de trabalho entre os setores de atividade em 2011, ultrapassando a jornada legal de 44 horas semanais." Falta apenas a aprovação em duas Comissões para que a regulamentação vá à sanção da Presidenta Dilma Roussef: as de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, destacou a importância da aprovação do projeto. Ele acompanhou a sessão no Congresso Nacional juntamente com os Vice-Presidentes Vicente da Silva e Valmir de Almeida Lima e os Diretores Lourival Figueiredo Melo e Luiz de Souza Arraes. (Páginas 4 e 5)

Yale Duarte

Diretores da CNTC acompanharam na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio a aprovação do projeto de regulamentação da profissão de Comerciário

3 Novo cenário desafia ação das Confederações

8 Instalada Coordenadoria das Mulheres na CNTC

11 Nova Diretoria toma posse na Fecosul

12 Cai projeto sobre recarga de botijões

Notas

Agência Tempo/BSB

Levi Fernandes Pinto, Valmir de Almeida Lima e Sérgio Terra

O 2º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Valmir Almeida Lima, e o Assessor Luís Sérgio Terra, representantes da CNTC no CONAMA-Conselho Nacional de Meio Ambiente, foram designados para representar a sociedade civil na categoria de tralhadores urbanos como delegados do Brasil na Rio + 20, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Os delegados participaram do painel "Diálogos Federativos", na Plenária no Riocentro, a convite da Secretaria de Assuntos Extratégicos da Presidência da Republica. O evento elaborou uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável pós RIO+20, tendo ainda como foco o papel dos entes subnacionais no enfrentamento dos desafios necessários às mudanças no padrão de produção, distribuição e consumo que considere os limites da natureza e a equidade entre pessoas, regiões e gerações.

• **STF –** Diretores da CNTC foram recebidos em 26 de junho no Supremo Tribunal Federal pela Ministra Rosa Weber (foto). O Presidente Levi Fernandes Pinto e os Diretores Edson Ribeiro Pinto e Lourival Figueiredo Melo participaram da visita em companhia do Desembargador Mário Chaves e de Carlos Simoni Giacoboni, do Sivev-RS.

Negociação com o setor patronal na CNTC

Agência Tempo/BSB

Representantes dos setores profissional e patronal do comércio de minérios e de derivados de petróleo se reuniram na sede da CNTC, em Brasília, para iniciar as negociações visando a preparação da próxima data-sede marcada para setembro de 2012. Participaram da reunião o Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários da CNTC e Presidente do Sindipetro/GO, Ageu Cavalcante Lemos; Raimundo Miquilino, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio em Minérios e Derivados de Petróleo e do Sindipetro/DF; Elias Breno (Sindipetro/GO); Daniel Melo (Sindipetro/GO); Vilson de Assis (Sindipetro/Uberlândia); Valdir Dias (Sindipetro/PR); Leonardo Freitas (Sindipetro/MG); Edvaldo Ferreira (Sindicato dos Rodoviários/MG).

Representando os Sindicatos Patronais, participaram da reunião preparatória Olympio Ferreira (Sindicato Nacional dos Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo); Bichara Neto (Sindicato Nacional dos Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo); Nilo D´Avila (Supergasbras); Maurício Kranyak (COPEGAZ); Kleber Rodrigues (Liquigas); e Glauciana Soares (Nacional Gás). Representantes profissionais e patronais foram saudados pelo Presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto.

Mercado de trabalho tem aumento de mulheres nos últimos 20 anos

A participação das mulheres nos postos de trabalho na América Latina e no Caribe cresceu 42,7% nos últimos 20 anos, entre 1991 e 2011, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1991, 71,3% dos empregos na região eram ocupados por homens e 39,6% por mulheres. Nesse período, (entre 1991 e 2011) a diferença entre os gêneros no mercado teve redução de 4%.

De acordo com a coordenadora da área de Direitos Econômicos da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), Ana Carolina Querino, o equilíbrio entre as tarefas domésticas e a vida profissional ainda é um fator que dificulta a inserção das mulheres no mercado de trabalho. "Apesar dos avanços, ainda é necessário o estabelecimento de políticas públicas que facilitem a inserção da mulher no mercado, tais como creches e lavanderias públicas. Mas o desenho e a implementação eficaz de políticas que visem à conciliação entre trabalho e família sozinho não resolverá o problema. Ele deve vir acompanhado de uma mudança cultural, onde os homens exerçam cada vez mais os papéis de cuidado que hoje em dia são quase exclusivamente associados às mulheres".
(Fontes: OIT e Agência Brasil)

Jornal da CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

Entidade Sindical de Grau Superior - Reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46 - Sede Própria - Distrito Federal - SGAS - Av. W-5, Quadra 902, Bloco "C" - CEP: 70390-020 - Brasília-DF - Tel: PABX (61) 3217-7100 - Fax: (61) 3217-7122 Site: www.cntc.com.br - E-mail: cntc@cntc.com.br

Diretoria da CNTC

Presidente
Levi Fernandes Pinto
1º Vice-presidente
Vicente da Silva
2º Vice-presidente
Valmir de Almeida Lima
1º Secretário
Lourival Figueiredo Melo
2º Secretário
Idelmar da Mota Lima
1º Tesoureiro
Luiz Carlos Motta
2º Tesoureiro
Saulo Silva
Diretor do Patrimônio
Luiz de Souza Arraes

Diretor Social e Assuntos Legislativos
José Francisco Jesus Pantoja Pereira
Diretor de Assuntos Internacionais
Maria Bernadete Lira Lieuthier
Diretor de Assuntos Culturais e Orientação Sindical
Guiomar Vidor
Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários
Ageu Cavalcante Lemos
Diretor de Assuntos de Seguridade Social
Ronaldo Nascimento
Diretor Administrativo do CET/CNTC
Edson Ribeiro Pinto
Diretor Administrativo-Adjunto do CET/CNTC
José Ribamar Rodrigues Filho

Suplentes
José Martins dos Santos
Ronildo Torres de Almeida
Edson Geraldo Garcia
Elias Bernardino da Silva
Abdon Martins de Moura
Raimundo Miquilino da Cunha
Edson Ramos
José Alves Paixão
Leocides Fornazza
Telma Maria Cárdia
José Carlos Perret Schulte
Milton Manoel da Silva Filho
Cléber Paiva Guimarães
João de Sant'Ana
Cibele Cristina Lemos de Oliveira

Conselho Fiscal da CNTC
Dorvalino de Oliveira
José Lucas da Silva
Márcio Luiz Fatel

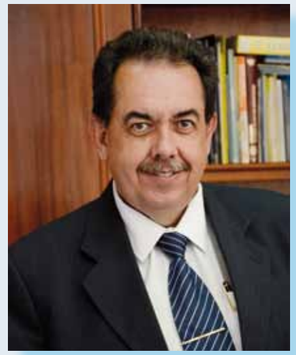
Suplentes
Antonio Porcino Sobrinho
Raimundo Matias de Alencar
Aulino Beserra Lima

Representação Internacional
Antonio Caetano de Souza Filho
Luiz José Gila da Silva
Armando Gonçalves Portela de Morais
Raimundo Firmino dos Santos
Vagnei Borges de Castro
Rosilene Schneider Glasser
Francisca das Chagas S. da Silva
Manoel Santos de Oliveira
João Correia Gomes

Jornal dos Trabalhadores no Comércio no Brasil
Registro: RCPJ 2.784 – LB 3
SGAS – Av. W-5, Quadra 902, Bloco "C"
CEP: 70390-020 – Brasília-DF
Tel: PABX (61) 3217-7100
Fax: (61) 3217-7122
Supervisão: Levi Fernandes Pinto
Jornalista Responsável:
Djalma Gomes - DRT 02923JP
Estagiários:
Yale Duarte e Raul Lennon (Textos)
Impressão:
TC Gráfica e Editora Ltda
E-mail:
imprensa@cntc.com.br
Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste Jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

Palavra do Presidente

Redefinindo o papel das Confederações



Levi Fernandes Pinto

Participamos há algumas semanas da posse do Companheiro José Calixto Ramos, presidente reeleito da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI – confederação-irmã da nossa CNTC. Temos com José Calixto Ramos uma longa história de concordância e de pontos de vista comuns sobre o País e o movimento sindical brasileiro. Tive a honra de recebê-lo na CNTC na posse da nossa Diretoria, em fevereiro, e de ressaltar ali o respeito e a admiração pela sua liderança no sindicalismo brasileiro.

Temos também com os Companheiros Omar Gomes, Lourenço Prado, Moacyr Auersvald e tantos outros uma visão comum sobre os desafios que se colocam cada vez mais urgentes para os trabalhadores brasileiros e para o próprio movimento sindical, confrontados cada vez mais pelas velhas intolerâncias e por novos adversários, que renovam diariamente as ameaças às conquistas trabalhistas garantidas pela Constituição de 1988.

Há algumas semanas, estivemos reunidos na CNTC com todas as Confederações profissionais (CNTI, CNTTT, Contratuh, CNTE, Contec, CNPL, CNTM, CSPB, CNTV) para formalizar uma pauta conjunta necessária ao arejamento das nossas relações com o Ministério do Trabalho e Emprego e as Confederações Patronais. Entendemos o importante papel desempenhado hoje pelas Centrais Sindicais na estrutura-macro das relações de trabalho, mas não podemos abrir mão do protagonismo na defesa das nossas categorias profissionais, cujo alicerce é historicamente demarcado pelo tripé Sindicatos-Federações-Confederações.

Decidimos em conjunto, democraticamente, sem estabelecer qualquer hierarquia de liderança dessa ou daquela Confederação, que estes novos tempos nos colocam na obrigação de ampliar o diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego, no momento em que assume a Pasta um jovem Parlamentar, Brizola Neto, com formação política humanista e uma escola de compromisso com o trabalhismo forjada em suas relações familiares.

"A pauta sindical, nos moldes em que está hoje, só interessa a um ou dois grupos de poder."

Nos primeiros dias de julho, as Confederações de Trabalhadores foram recebidas pelo novo Ministro. Deixamos claro a ele que nosso objetivo é mudar o patamar das nossas relações com o Ministério, ampliar nosso espaço de atuação institucional e levar, sempre, ao Ministro Brizola e ao Governo Federal as questões específicas de nossas categorias profissionais.

Não transigimos com o que consideramos basilar na estrutura sindical brasileira, que são os princípios confederativos, de unicidade e da contribuição sindical garantidos constitucionalmente

Não vamos discutir retrocessos. Queremos ir além.

Mais voz junto ao Governo, a criação dos Conselhos por setor Profissional e Econômico, a ampliação do número de Auditores do Trabalho, hoje em número insuficiente em todo o País, a renegociação do sistema de tarifas da Caixa Econômica Federal para o recebimento e repasse das contribuições sindicais e, principalmente, a revisão urgente da Portaria 186 do Ministério, que não espelha a realidade entre a criação e o registro de novas entidades sindicais, feitas hoje, com base nessa Portaria, ao arrepio da segurança jurídica e da lógica do sistema sindical.

Há um consenso entre nós, e isso ficou bastante claro nessa reunião histórica na qual nossas Confederações estiveram juntas, de que a pauta sindical, nos moldes em que está hoje, só interessa a um ou dois grupos de poder. É este o momento para abrir a janela da razão. Juntas, as Confederações, legítimas representantes de todas as categorias de trabalhadores deste país, podem -- e devem-- fazer valer a representação e a delegação que recebemos de nossos filiados.

Reforma Sindical

Confederações vão a Temer contra PEC 369

Fotos: Ascom/Palácio do Planalto

O Senador Valdir Raupp e representantes das Confederações foram recebidos no Palácio do Planalto pelo Vice-Presidente Michel Temer

O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, e representantes das Confederações Nacionais de Trabalhadores receberam do Vice-Presidente da República, Michel Temer, o apoio à reivindicação de rejeição da PEC 369/2005. O encontro foi no Palácio do Planalto no dia 13 de junho. Um dia antes, Diretores da CNTC estiveram no Senado Federal para reunião com o Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB, e com o Deputado Federal Moreira Mendes (PSD/RO), relator da PEC 369/2005, quando foi solicitado a ele a rejeição do projeto, por ser inconstitucional e contrário ao interesse dos trabalhadores. Nova reunião entre as Confederações e o relator será realizada para retomar o debate sobre a PEC.

No Palácio do Planalto, o Presidente da CNTC, acompanhado do Diretor-Secretário, Lourival Figueiredo de Melo, e do Diretor do Centro de Eventos e Treinamento da Confederação, Edison Ribeiro Pinto, esteve, juntamente com representantes de outras Confederações de Trabalhadores, em reunião com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, que contou também com a presença do Senador Valdir Raupp, para pedir apoio para a rejeição da aprovação da PEC 369/2005 na Câmara dos Deputados.

Essas reuniões que vêm ocorrendo e a ação das Confederações são resultado da reunião realizada em 15 de maio na sede da CNTC, quando as Confederações decidiram retomar uma ação conjunta sobre vários temas de interesse das entidades sindicais e dos trabalhadores. Logo após a reunião na Vice-Presidência da República, foi decidida uma pauta de trabalho das entidades a ser realizada na sede da CNTC.

Lourival Figueiredo Melo, Levi Fernandes Pinto, Michel Temer e Edson Ribeiro Pinto

Entenda o que é a PEC 369/2005

Institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores da Administração Pública; acaba com a unicidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual, podem os sindicatos defender em juízo os direitos individuais homogêneos. Proposta da Reforma Sindical. Altera a Constituição Federal de 1988.

Confederações

CNTC e Confederações pedem revisão da Portaria 186

Renato Fernandes/MTE

O Ministro Brizola Neto recebe o documento das Confederações em reunião no Ministério do Trabalho e Emprego

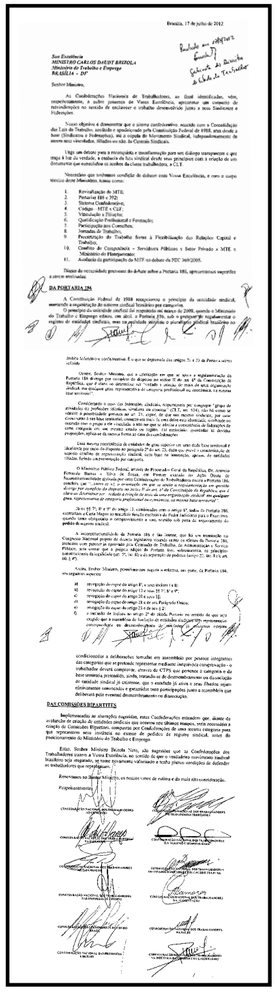
A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e representantes das Confederações Nacionais de Trabalhadores receberam apoio do Ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, para a revisão da Portaria 186. O Ministro garantiu que vai analisar outros pedidos das entidades que integram o sistema confederativo trabalhista. O encontro foi no MTE no dia 17 de Julho.

Em reunião no Gabinete, Brizola Neto recebeu documento assinado pelos Presidentes de 12 Confederações contendo propostas, sugestões e reivindicações para fortalecer as ações do Governo Federal em benefício dos trabalhadores brasileiros. Entre os itens apresentados estão a Revitalização do MTE; a revisão das Portarias 186 e 392; o fortalecimento do Sistema Confederativo; a renegociação com a Caixa Econômica Federal para o recolhimento das contribuições sindicais; Vinculação x Filiação; Qualificação Profissional e Formação; Participação em Conselhos; Jornadas de Trabalho; Precarização do Trabalho frente à Flexibilização das Relações Capital e Trabalho; Conflito de Competência – Servidores Públicos x Setor Privado x MTE x Ministério do Planejamento e ausência da participação do MTE no debate da PEC 369/2005.

O Diretor-Secretário da CNTC, Lourival Figueiredo Mello, afirmou que o objetivo da reunião foi demonstrar que o sistema confederativo, nascido com a Consolidação das Leis do Trabalho, acolhido e aperfeiçoado pela Constituição Federal de 1988 e que atua desde a base (Sindicatos e Federações) até a cúpula do Movimento Sindical, necessita de um diálogo transparente e essencial para a luta sindical, em benefício dos trabalhadores brasileiros, junto ao Ministério do Trabalho.

Sérgio Terra

Presidentes e Diretores das Confederações unidos na pauta de reivindicações



Ao final da reunião, Brizola Neto solicitou um novo encontro com os representantes do sistema confederativo trabalhista para tratar de todos os temas do documento. O ministro pré-agendou um almoço com os representantes das 12 entidades a ser realizado na sede da CNTC Brasília. "Fecharemos uma minuta que seja consenso, pois existe o compromisso do Ministério do Trabalho em recuperar nossa atuação no processo de regulamentação das relações de trabalho", destacou o Ministro.

Portaria 186

A Portaria 186, do Ministério do Trabalho, normatiza os pedidos de registros sindicais em todo o país. No entanto, conforme os representantes das Confederações, ela vai além do que deveria e afronta a Constituição Federal, principalmente quanto à unicidade sindical. "A inconstitucionalidade da portaria é tão latente que há em tramitação no Congresso Nacional projeto de decreto legislativo visando sustar os efeitos da Portaria 186, inclusive com parecer já aprovado pela Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público", sustenta o documento.

Cerca de 2 mil processos para obtenção do registro sindical estão parados desde junho de 2011 no Ministério do Trabalho. O ministro Brizola Neto relatou as dificuldades do início de uma gestão, mas adiantou que a orientação é seguir rigorosamente a lei. "Se as entidades estão cumprindo os requisitos legais, vamos conceder o registro", garantiu.

Regulamentação dos Comerciários: projeto da CNTC avança na Câmara

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o Substitutivo originário do Senado Federal que regulamenta a profissão de Comerciário. Com o Plenário 5 lotado por delegações de comerciários de todo o País e a presença em peso da Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), a Comissão aprovou sem alteração o relatório do Deputado Luís Tibé (PTdoB/MG), que tramita sob o número 3.592/12. O novo relator, João Maia (PR-RN), nomeado pela Presidência da Comissão, manteve o Relatório Tibé.

O Presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, os Vice-Presidentes Vicente da Silva e Valmir de Almeida Lima, o Diretor-Secretário, Lourival Figueiredo Melo, e o Diretor de Patrimônio, Luiz de Souza Arraes, comemoraram no Plenário a aprovação do Projeto de Lei que reconhece e regulamenta, após décadas de lutas, uma das mais antigas e importantes categorias profissionais do País.

Yale Duarte

O relator, Deputado João Maia (PR-RN), encaminhou seu voto pela aprovação do projeto na Comissão de Desenvolvimento Econômico

Profissão

Com a aprovação, o Projeto segue agora para a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara e, em seguida, para a Comissão de Constituição e Justiça, seguindo para sanção presidencial. "O projeto que dispõe sobre o reconhecimento da profissão de Comerciário é a grande conquista obtida pela classe comerciária brasileira" – afirma o Presidente Levi Fernandes Pinto.

Com a regulamentação, o Comerciário deixa de ser uma função para ser uma profissão, uma atividade, que deverá ser lançada na CTPS do trabalhador no comércio; tem fixada a sua jornada de trabalho diária em 8 horas - e 44 horas semanais. O importante: qualquer alteração na jornada de trabalho do Comerciário somente poderá ocorrer através de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Fica estabelecida a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sendo vedada a utilização do mesmo Comerciário em mais de um turno de trabalho, salvo negociação coletiva de trabalho; torna-se obrigatória a fixação de Piso Salarial da categoria comerciária em convenção ou acordo coletivo de trabalho, nos termos do inciso V do art.7° da Constituição Federal.

Cria também a possibilidade de as entidades representativas das categorias econômica e profissional, no âmbito da negociação coletiva, negociarem a inclusão, no instrumento normativo, de cláusulas que desenvolvam programas e ações de educação, formação e qualificação profissional. Regulamenta, ainda, o "Dia do Comerciário" a ser comemorado no dia 30 de outubro de cada ano.

"Pode-se alegar que outros direitos deveriam ter sido incluídos neste projeto" – diz Levi Fernandes Pinto -, "mas se levarmos em conta que ele resulta do entendimento entre a categoria profissional e a categoria econômica, pensamos que já é um grande avanço".

Nada impede, porém, afirma o Diretor-Secretário Lourival Figueiredo Melo, que Comerciários e Comerciantes continuem mantendo esta linha de entendimento e entrosamento e possam mais à frente apresentar novas propostas que venham se inserir nesta regulamentação: "A CNTC busca hoje o caminho do entendimento, do diálogo entre os setores profissionais e patronais, o Congresso Nacional e o Governo Federal, que também fazem parte desse processo. Já passou a época da agressividade e do individualismo, que sempre resultaram em prejuízo do trabalhador. Basta ver o tempo em que esse projeto ficou parado sem qualquer avanço e hoje isso ficou bastante claro com o apoio de todas as centrais sindicais e de todas as Federações e Sindicatos de Comerciários e de Serviços vinculados à CNTC. É uma vitória do coletivo".

União

O 1°. Vice-Presidente da CNTC, Vicente da Silva, saudou a aprovação como um passo definitivo para a regulamentação: "Os Comerciários brasileiros, através de suas entidades representativas, demonstraram unidade em torno do projeto. Vamos continuar trabalhando juntos até a sanção presidencial". Para Valmir de Almeida Lima, 2°. Vice-Presidente da entidade, os Comerciários de todo o País conseguiram hoje uma grande vitória, que vem coroar um grande sonho da categoria: "Foi a vitória do consenso, que conseguimos atingir com o apoio também da Confederação Nacional do Comércio".

Fotos: Yale Duarte

O Presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, os Vice-Presidentes Vicente da Silva e Valmir de Almeida Lima e os Diretores Lourival Figueiredo Melo e Luiz de Souza Arraes acompanharam a aprovação do projeto de regulamentação da profissão de Comerciário no plenário da Comissão: ao final, euforia com a decisão unânime dos Deputados

Direitos Sociais

CNTC instala Coordenadoria da Mulher e elege representantes

Com a participação de 22 delegadas representando 17 Federações filiadas, a CNTC instalou no último dia 29 de maio, na sede da Confederação, em Brasília, a Coordenadoria da Mulher, que ficará responsável pela condução das politicas voltadas para a execução de ações da Confederação de interesse direto das Comerciárias brasileiras. Cinco candidatas se apresentaram para o cargo de Coordenadora. A eleição foi feita com cada delegada votando em duas candidatas. A mais votada assumiria a Coordenadoria e a segunda ficaria como suplente. Foram eleitas Elizabeth Madrona (Coordenadora) e Silvana Maria da Silva (Suplente). Elizabeth é Diretora da Coordenadoria da Mulher da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná (Fecep) e Silvana é Diretora da Fecosul.

A reunião foi aberta pelo presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, que se retirou durante o processo de discussão e votação e voltou ao final para proclamar o resultado da eleição. Também participaram da reunião Lourival Figueiredo Melo (Diretor-Secretário), Valmir Lima (2º Vice-Presidente), Luiz Carlos Motta (Diretor-Tesoureiro) e Edson Ribeiro Pinto (Diretor Administrativo do Centro de Eventos e Treinamento da CNTC (CET).

As delegadas participantes da instalação da Coordenadoria foram Maria Aparecida Rosa Silva (Fecombase-Ba), Helena Ribeiro da Silva, Luciana Prataviera Franco e Antonia Vicente Gomes (Feaac-SP), Neuziran Silva Rodrigues (Fecema-MA), Cibele Cristina Lemos de Oliveira (Feccoemg-MG), Cintia Ferreira Lima (Feconeste-PE), Gracilene da Silva Santos (Fetracom-PA/AP), Francisca das Chagas Soares da Silva (Fetracompi-PI), Stela Pudo Basiuk e Walquíria Guimarães Costa (Fenassece), Rosilene Schneider Glasser (Fecerj-RJ), Núbia de Souza Alexandre (Fenavenpro-SP), Ivanir Fátima Perrone e Silvana Maria da Silva (Fecosul-RS), Elizabeth Madrona (Fecp-PR), Maria Antonieta de Lima (Fepetrol-SP), Telma Maria Cardia (Fepospetro-SP), Maria Augusta dos Santos e Márcia Regina Caldas (Fecomerciários-SP), Rita de Cassia Santos Silva (Femcose-SE) e Marli Ortega Ortiz (Fenepospetro).

Fotos: HPradera

Delegadas de 17 Federações e Diretoria da CNTC: ampliando os direitos das mulheres

Participantes fixam bases da Coordenação

Motta destaca o papel das Comerciárias

Elizabeth Madrona

Silvana Maria da Silva

Levi Fernandes Pinto: "Recebemos, com orgulho, este novo núcleo da CNTC"

É para nós, da Diretoria da Confederação Nacional do Trabalhadores no Comércio-CNTC, uma reunião histórica esta de hoje, que vem resgatar direitos das Mulheres Comerciárias e de Serviços do Brasil.

Há muito que existem reivindicações das companheiras por espaço nesta Casa, para que possam se organizar na defesa de seus direitos e corrigir uma série de ofensas, preconceitos e injustiças praticados contra a mulher trabalhadora.

E porque este encontro de hoje é histórico? Em nossas reuniões de Diretoria, temos debatido sobre a importância da participação das mulheres no âmbito da CNTC. Existem companheiros aqui que sempre fizeram reivindicações em nome das mulheres, mas que por muito tempo foram voz vencida na Confederação.

Em 2009, por encaminhamento dos mesmos companheiros, ficou decidido que seria criada a Coordenadoria da Mulher, ficando a cargo da Diretoria a execução desta tarefa. Infelizmente não foi dada continuidade para a implantação dessa Coordenadoria. Hoje, cumprindo um compromisso da atual Diretoria, que tomou posse no último dia 28 de Fevereiro, estamos aqui reunidos com uma representante de cada Federação filiada para discutir, deliberar e aprovar um regulamento para essa Coordenadoria, para que ela possa servir a todas as companheiras que trabalham no Comércio e Serviços.

Todas vocês devem saber das enormes dificuldades que temos nesta Casa, que vão desde a questão da reforma estrutural do edifício-sede à necessidade de reformulações administrativas da CNTC, sem falar na mudança da postura da Confederação junto às Entidades Filiadas, à Confederação Nacional do Comércio, às Confederações de Trabalhadores e principalmente ao setor público, como o Ministério do Trabalho e Emprego e outros Ministérios, Senado e Câmara.

Estamos hoje buscando o diálogo, o que nos obriga a deixar de lado a arrogância do projeto individual para centrar nosso foco no projeto coletivo, que se constrói através do entendimento. Somente assim, como entidade propositiva, vamos resgatar o importante papel de nossa Confederação na defesa da classe trabalhadora com ações que realmente possam chegar às Federações e Sindicatos e às pessoas mais importantes para todos nós, que são os Trabalhadores e Trabalhadoras.

Por isto, nossa mensagem na posse foi a de que gostaríamos que todas vocês pudessem se irmanar nesta mensagem de que a "CNTC Somos todos Nós". Estamos hoje, Companheiras, cumprindo com aquele compromisso assumido. Esperamos que dessa reunião saiam ideias novas e reivindicações que possam estabelecer uma nova ordem de igualdade de gêneros na nossa Entidade. Essa nova Coordenadoria não terá orçamento próprio nem recursos para ações externas, mas poderá contar com toda a estrutura da nossa Confederação. Recebemos, com orgulho, esse novo núcleo da CNTC.

Legislação Trabalhista

Vice-Presidente da CNTC diz que Simples Trabalhista é retrocesso

O Projeto de Lei 951/11, do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal, o chamado Simples Trabalhista, é um retrocesso nas relações de trabalho. Essa é a opinião da maioria dos especialistas ouvidos em junho durante Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Apresentado pelo Deputado Júlio Delgado sob o pretexto de gerar empregos formais nas micro e pequenas empresas, as MPEs, o projeto recebeu pesadas críticas de lideranças sindicais e representantes de Auditores Fiscais, Ministério Público do Trabalho, Associação de Advogados Trabalhistas e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – a Anamatra.

Agência Tempo/BSB

Vicente da Silva na Câmara dos Deputados: projeto do Simples Trabalhista precariza as relações de trabalho

Para o Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Vicente da Silva, o Projeto de Lei precariza a Legislação Trabalhista, reduz direitos garantidos pela Constituição Federal e regride a condição dos trabalhadores ao criar uma nova categoria profissional submetida à perda de garantias sociais em nome de um suposto fomento à empregabilidade por parte das micro e pequenas empresas. Vicente da Silva ressaltou o importante papel econômico e social cumprido pelas MPEs, responsáveis hoje por 20% do PIB e 40% da massa salarial do País, mas afirmou que o incentivo a esse segmento não pode ser construído às custas da fragilização econômica dos trabalhadores.

Ao compor a segunda mesa de discussão com representantes da Confederação Nacional da Indústria e da Confederação Nacional do Comércio, sob a presidência do Deputado Ronaldo Zulke (PT-RS), Vicente da Silva analisou os principais pontos do projeto – todos, segundo ele, nocivos aos empregados. O Simples Trabalhista, sob o argumento de reduzir os encargos sociais e os custos da contratação de empregados pelas empresas, prevê a redução de 8% para 2% na alíquota do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por um prazo de cinco anos a partir da assinatura do contrato de trabalho (aumentando o percentual dois pontos ao ano até atingir o limite de 8%), permite o pagamento de férias em três parcelas, sem que se defina se o tempo para o gozo desse benefício também seja dividido, e dá aos patrões o direito de dividir o pagamento do 13o. salário em seis vezes, em flagrante prejuízo do empregado.

Segunda classe

O PL 951/11 acaba, ainda, com a intermediação dos sindicatos quando da rescisão do contrato de trabalho, fragilizando ainda mais a condição do trabalhador, cria piso salarial especial, oficializa o Banco de Horas e reduz o depósito judicial para recursos na Justiça do Trabalho. "É um flagrante retrocesso" – disse o Vice-Presidente da CNTC. "Não se pode atacar, dessa maneira, um direito irrenunciável garantido pela Constituição, sob pena de estarmos criando uma nova categoria, a dos trabalhadores de segunda classe"

A Audiência Pública foi proposta pelos pelos Deputados Miguel Corrêa (PT-MG) e Jesus Rodrigues (PT-PI) e o projeto será relatado pelo Deputado Guilherme Campos (PSD-SP). Participaram ainda da reunião o Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, André Grandizoli; o Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho e vice-coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret), João Batista Machado Júnior; o Secretário-Substituto do Fórum Permanente das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, Maurício Lucena do Val; o advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio, Alain Mac Gregor; a Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estátistica e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) Rosane de Almeida Maia; o responsável pelo setor de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Afonso Marcondes; o Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira; o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Lima; o Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), Jefferson Calaça; a Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Silva Rassy; o Secretário de Organização e Politica Sindical da CUT/DF, Roberto Miguel de Oliveira; e o professor de Relações do Trabalho da USP José Pastore.

Trabalho Decente

Motta discursa na Conferência do Trabalho na OIT

Fotos: Ailime Piva

O Diretor-Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e representante oficial dos trabalhadores do Brasil na 101ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, Luiz Carlos Motta, proferiu discurso no Plenário Principal da sede do órgão, em Genebra, Suíça, no dia 6 de junho. A Conferência da Organização Internacional do Trabalho, que reuniu 4.200 conferencistas de 185 países, começou no dia 30 de maio e prosseguiu até 15 de junho, tendo como tema mais relevante a adoção do Trabalho Decente em todo o mundo.

Motta disse em seu pronunciamento, para uma atenta plateia, que a Agenda do Trabalho Decente no Brasil possui três prioridades: gerar mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades, erradicar o trabalho escravo e infantil e fortalecer o tripartismo e o diálogo social. O delegado titular Luiz Carlos Motta, que é também Tesoureiro Nacional da Força Sindical e Presidente da Fecomerciários, de São Paulo, manteve em Genebra dois encontros especiais. O primeiro, com o atual Diretor Geral da OIT, Juán Somavía; o segundo com o recém eleito, Guy Ryder, que vai substituir Somovía em outubro deste ano.

"Ao companheiro Somovía, fiz os merecidos elogios à sua gestão. Ele exerceu seu mandato, entre outros aspectos, valorizando a geração de emprego, com qualidade, para a juventude. Já com Guy Ryder, sendo ele primeiro sindicalista a ocupar a Diretoria-Geral da OIT, disse que o Brasil confia em seu mandato e que nossa expectativa para a sua gestão é de que avance, ainda mais, rumo ao estreitamento do diálogo e da proteção social em todo o mundo".

No dia 11, Motta entregou um documento a Guy Ryder, em nome dos Comerciários de todo o Estado de São Paulo, parabenizando-o pela eleição e recente nomeação como Diretor-Geral da OIT.

No pronunciamento, crítica à precarização da condição de trabalho

No Plenário da OIT

Com o Ministro Brizola Neto: prioridades na agenda trabalhista

As prioridades da agenda brasileira sobre o Trabalho Decente

"Queremos cumprimentar as autoridades e lideranças dos países membros;

Cumprimentar ao digníssimo Diretor Juán Somavía, que através de dedicação e esforço torna possível a realização de mais esta tão importante Conferência.

Saudamos ao recém-eleito Diretor da OIT, nosso companheiro Guy Ryder e desejamos êxito em sua luta, onde a justiça social venha em primeiro lugar.

Perguntamos: qual é o momento do futuro?

Um minuto atrás já é passado...

A construção de um mundo com trabalho decente é tarefa que começou no ontem e tem no agora a ação, cuja resposta está no futuro.

O Brasil vem assumindo compromissos efetivos com a promoção do trabalho decente desde 2003.

A discussão sobre o tema difunde-se por todo o território nacional.

A OIT reconhece o pioneirismo do Brasil, constatando que não há registro, talvez, em nenhum outro país do mundo, de um processo de diálogo social desta magnitude, em torno do tema do emprego e do trabalho decente.

A Agenda Brasileira do Trabalho Decente, possui três prioridades:

1) gerar mais e melhores empregos com igualdade de oportunidades e tratamento;

2) erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e,

3) fortalecer o tripartismo e o diálogo social.

A experiência brasileira com a aplicação do Trabalho Decente e sua relação com o índice de desenvolvimento humano é positiva, apesar do muito que ainda temos que avançar.

Além do aumento do nível de ocupação, houve significativa criação de empregos formais;

Diminuição das desigualdades de gênero e raça (ainda que continuem em patamares elevados);

Recuperação dos rendimentos;

Aumento da cobertura da Previdência Social;

Aumento da taxa de sindicalização;

Redução expressiva do trabalho infantil e esforço para a eliminação do trabalho escravo.

Também, ao que consta, foi do Brasil a primeira iniciativa subnacional de construção de uma agenda de trabalho decente.

O Estado da Bahia foi o primeiro a estabelecer uma agenda estadual, seguida por Mato Grosso e outros Estados;

No Estado de São Paulo, deu-se a Primeira Conferência em novembro de 2011, para maior efetividade na formulação, execução e controle de uma política estadual de emprego e trabalho decente, em fortalecimento às políticas nacionais.

Por ser o Brasil um país continental e diversificado, a construção de Agendas Estaduais são iniciativas que tornam o Trabalho Decente uma condição necessária para a superação da pobreza e das desigualdades sociais.

Queremos, todavia, salientar uma ação muito importante que vimos construindo no Brasil, relativa ao futuro com trabalho decente: A união das Centrais Sindicais.

Vimos construindo uma unidade de ação que mobiliza o movimento sindical nas lutas de interesse da classe trabalhadora.

Apresentamos propostas unitárias sobre as questões do mundo do trabalho, que, por consequência, alavanca o desenvolvimento humano no Brasil.

A redução da jornada de trabalho, o aumento do salário mínimo, a questão da proibição da terceirização e da consequente precarização, entre outras propostas, formam a "Agenda da Classe Trabalhadora" para um projeto nacional de valorização do trabalho.

São quatro os eixos da composição da "Agenda da Classe Trabalhadora Brasileira" relativa à aplicação do Trabalho Decente:

Eixo 1: A dos princípios e direitos: Igualdade de oportunidades e tratamento para jovens, mulheres e população negra; Negociação Coletiva; Saúde e Segurança no Trabalho; Salário Mínimo.

Eixo 2: Proteção Social: Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; Prevenção e Erradicação do Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas; Informalidade; Migração para o Trabalho; Seguridade Social, Saúde, Previdência e Assistência;

Eixo 3: Trabalho e Emprego: Políticas macroeconômicas de Crédito e Investimento para a Geração de Mais e Melhores Empregos; Inclusão Produtiva de Grupos Vulneráveis; Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e Educação Profissional; Micro e Pequenas Empresas; Empreendedorismo e Políticas Públicas de Microcrédito; Cooperativas; Empreendimentos de economia solidária; Emprego rural e Agricultura familiar; Empresas sustentáveis; Empregos verdes e desenvolvimento territorial sustentável;

E, por último,

Eixo 4: Fortalecimento dos atores tripartites e do Diálogo Social como Instrumento de governabilidade e democracia, em especial, a Negociação Coletiva.

Diante do exposto, o grande desafio da Classe Trabalhadora Brasileira nesta segunda década do século 21 é combater com veemência a precarização, em todas as suas formas, valorizando as relações de trabalho e de emprego diretas com governo e empregadores.

Este, para nós, é o Futuro com Trabalho Decente!

Muito obrigado!"

Discurso de Luiz Carlos Motta na 101ª Conferência da OIT

Posse

Empossada em Porto Alegre a Diretoria da Fecosul

A noite chuvosa de 5 de julho em Porto Alegre não impediu que mais de 200 convidados prestigiassem a posse da nova diretoria da Fecosul. Autoridades, políticos e lideranças sindicais exaltaram a importância do trabalho da Federação na defesa dos trabalhadores do comércio e serviços.

O Presidente reeleito e empossado, Guiomar Vidor, foi extremamente aplaudido e elogiado pelo seu discurso que destacou a ampliação da representatividade dos sindicatos e das mulheres na nova diretoria da Fecosul. "Ampliamos e reforçamos nossa Direção, agora composta por 65 membros e sete vice-presidências regionais. Vamos continuar contemplando todas as forças políticas que atuam dentro de nossa entidade, construindo na prática a unidade dos Comerciários gaúchos e reforçando a luta por novas conquistas", declarou o presidente Vidor.

Ascom/Fecosul

Levi Fernandes Pinto (E) e Diretoria da CNTC prestigiaram a posse de Vidor (D)

Levi Fernandes Pinto, presidente da CNTC, em seu pronunciamento, destacou a luta dos Comerciários, com ênfase na regulamentação da categoria. Ele também reverenciou a atuação da Fecosul e a importância da entidade gaúcha nas lutas gerais dos trabalhadores do Brasil. Compuseram a mesa autoridades e lideranças como o Presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto; o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego RS, representando o Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Brizola Neto, Cláudio Antônio Cassou Barbosa; diretor de Qualificação e Gestão Pública do RS, Paulo Renato Rodrigues, representando o Governador Tarso Genro; Deputado Federal Assis Melo; Secretária de Estado do Turismo, Abgail Pereira; Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região Cláudio Luiz Corrêa Silva; 'Presidente da UGT/RS, Paulo Barck; Vice-presidente da CTB/RS e tesoureiro da FETAG/RS, Sérgio de Miranda; a Diretora-Secretária Geral Adjunta da OAB/RS, Maria Helena Camargo Dornelles; e os diretores da Fecosul Silvana Maria da Silva e Paulo Fernando Pinto Ferreira.

Após os discursos todos os diretores empossados receberam diploma e carteira de identidade sindical das mãos do presidente da CNTC, que declarou a diretoria empossada. A posse também foi prestigiada por outras várias autoridades e lideranças que se fizeram presentes, além de dirigentes de diversos sindicatos de todo o Estado, amigos e funcionários da Fecosul.

Projetos que passavam aos postos de combustíveis a exploração da reposição de Gás LP, cuja recarga seria feita pelos frentistas, colocando em risco a saúde do consumidor e praticamente extinguindo a cadeia produtiva formada por profissionais que atuam dentro das normas de segurança da ANP e do Inmetro, são arquivados após uma dura batalha do movimento sindical.

Recarga de botijões em postos é ameaça banida da sociedade

* José Martins dos Santos

Um dos projetos de lei criados para o segmento de Gás LP, entre tantos que não seguem qualquer lógica de mercado, e que foi um dos mais difíceis de serem combatidos, é o que propunha o enchimento de botijão em postos de combustíveis. Duas propostas dessa natureza foram elaboradas. A primeira batalha foi travada em 2006, quando no fim da legislatura passada o PL 6.618/2006, de autoria do ex-deputado José Carlos Machado (DEM/SE), foi arquivado. No ano passado, surgiu a segunda: o PL 0602/2011, de autoria do deputado Laércio Oliveira (PR/SE), que também acaba de ser arquivado.

A derrubada do PL 0602/2011 foi uma vitória conquistada graças à união entre os sindicatos patronal, sindicato dos trabalhadores, CNTC, além da ANP e do INMETRO. Juntos, fizeram um grande esforço para defender os postos de trabalho gerados pelo setor e a segurança do serviço prestado ao consumidor e lutar contra a deterioração do mercado de Gás LP. Participamos de audiências públicas e visitamos parlamentares levando nosso posicionamento contrário e pedindo apoio. A batalha foi longa, mas depois de mais de um ano de tramitação do projeto e da sua apreciação pelas Comissões de Defesa do Consumidor (CDC), de Minas e Energia (CME) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), o bom senso prevaleceu. Agora, não há mais possibilidade de interposição de recurso e, finalmente, essa ameaça foi banida.

O Projeto de Lei 0602/2011 visava permitir que o revendedor varejista pudesse promover a recarga de recipientes transportáveis de Gás LP no estabelecimento denominado posto revendedor. Se aprovado, o projeto destruiria toda uma cadeia produtiva que opera com responsabilidade e maestria, obedecendo às inúmeras regras ditadas pela ANP e pelo INMETRO. Essa ideia de venda fracionada seria uma verdadeira dinamite para a sociedade, já que os postos não têm conhecimento para lidar com o produto e tampouco com o vasilhame, sem contar que a responsabilidade pela conservação e recondicionamento do vasilhame passaria a ser do consumidor.

O argumento de encher botijões parcialmente em postos de gasolina pode ser visto por desavisados ou por oportunistas como uma grande solução. Mas, na verdade, só renderia prejuízos para a sociedade. A aprovação desse projeto traria vendedores "ambulantes", informais, oferecendo gás de todo preço, sem uma pesagem correta e em precárias condições de segurança, porque o consumidor não quer sacrifícios para adquirir o seu gás e está acostumado a tê-lo à disposição no conforto de sua residência, na hora em que quer, e com qualidade e segurança a que foi acostumado.

Não acredito que alguém iria colocar o botijão nas costas e pegar uma condução até um posto para encher seu vasilhame. E, ainda se isso acontecesse, o posto revendedor não teria tecnologia para manusear o produto nem para requalificar o vasilhame, fazendo o enchimento de qualquer jeito. O projeto era uma ameaça à sociedade brasileira e, o pior de tudo, não beneficiaria o cidadão. Pelo contrário, o consumidor pagaria mais caro pelo produto, inclusive com a própria vida, no caso de explosões e vazamentos por falta de manutenção do processo industrial.

O projeto também afetaria os empregos do setor. Os postos revendedores deixariam de existir. E os que já têm seu próprio contingente de empregados não iriam querer contratar novos para lidar exclusivamente com o Gás LP, já que não fizeram isso com o GNV (Gás Natural Veicular), com as lojas de conveniência e outros negócios que foram incorporando aos seus. Com isso, deixariam de existir os cerca de 300 mil empregos diretos e indiretos do setor de Gás LP. E o posto não iria contratar uma pessoa nem qualificá-la; seria o próprio frentista que teria que fazer isso. Seria o caos instalado.

A conclusão que fica de tudo isso é que falta ao Legislativo certa orientação para causas que de fato são pertinentes e poderiam beneficiar o brasileiro. Há, por exemplo, questões sérias que carecem de apreciação por parte dos deputados, como artigos da CLT – que completou 69 anos de criação –, que jamais foram discutidos. Os deputados também fariam um grande benefício à sociedade brasileira se decidissem estudar alternativas para reduzir a alta carga tributária que incide sobre o Gás LP e limita seu consumo pelos mais pobres. Essa sim é uma causa que merece a atenção dos nossos legisladores.

*Jose Martins dos Santos é presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Fepetrol) e Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC)

FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO
É O INÍCIO DE UMA APOSENTADORIA MAIS JUSTA PARA OS TRABALHADORES

Apoiamos o fim do fator previdenciário. Fator que incentiva o trabalhador a contribuir mais, e mais cedo, além de se aposentar mais tarde.

Lutamos não apenas pelos 12 milhões de trabalhadores que representamos. Lutamos por um Brasil mais justo e igualitário.

CNTC. CONFEDERAÇÃO FORTE, COMERCIÁRIOS MAIS FORTES AINDA.

ATUALMENTE O APOSENTADO PERDE EM MÉDIA 40% DO VALOR DO BENEFÍCIO EM 35 ANOS DE TRABALHO.

CNTC Somos todos nós
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO
WWW.CNTC.ORG.BR